

Foto: Banco de Imagens TN Petróleo



Foto: Divulgação

Rio realiza conferência mundial do setor de energia

A urgência por definições de um novo perfil de produção e consumo de energia em todo o planeta motivou o debate entre renomados especialistas nacionais e internacionais durante a 33ª edição do IAEE International Conference. O evento reuniu mais de 500 especialistas de 49 países nos segmentos de economia e política da energia. Foram 12 mesas temáticas, 68 sessões paralelas, durante as quais foram apresentadas 325 pesquisas de ponta.

por **Maria Fernanda Romero**

Os desafios do setor de energia foram debatidos durante a IAEE'S Rio 2010 International Conference, que foi realizada em junho, no Rio de Janeiro. Organizada anualmente pela International Association for Energy Economics (IAEE), a conferência, na sua 33ª edição, reuniu os mais influentes representantes

governamentais, corporativos e acadêmicos envolvidos com o tema. O objetivo do evento foi o avanço na aplicação da economia na esfera da energia e no conhecimento das propostas internacionais.

Berlim, Wellington, Istambul e São Francisco foram as últimas sedes da conferência, que recebeu delegações de todo o mundo. No Rio de Janeiro, cidade que venceu Cingapura na disputa para sediar

o evento, estiveram reunidos tomadores de decisões em meio a uma ampla discussão em torno do tema central "Futuro da energia: desafios globais, soluções diversas".

O encontro foi considerado uma oportunidade única de encontrar no Brasil representantes de governo e da indústria, técnicos e acadêmicos com o poder de influenciar as decisões mundiais nos segmentos de petróleo, gás,

eletricidade e fontes alternativas de energia. A sustentabilidade socio-ambiental também foi um assunto predominante nas discussões sobre o futuro do setor.

Segundo **Edmar Almeida**, professor do Instituto de Economia da UFRJ, um dos organizadores do IAEE's Rio 2010 International Conference, o tema do seminário reflete a nova agenda de pesquisa e reflexão da comunidade de economia da energia. "Neste seminário, especialistas nas mais diversas questões de energia se dedicaram a refletir sobre a necessária transição do setor energético para um novo cenário de baixo nível de emissões de carbono", revela.

Foram 12 mesas temáticas e 68 sessões paralelas, com a apresentação de 325 pesquisas de ponta em economia da energia. As palestras foram realizadas por representantes do governo brasileiro, dos EUA e de outros países, dirigentes da Opep, da International Energy Agency (IEA) e da International Energy Associates, especialistas das universidades de Oxford, Stanford, American, Rice, Vienna, Bergen, Sherbrooke, Montpellier, Grenoble, Berlim, USP e Unicamp, e dirigentes de companhias de energia e petróleo, a exemplo da Petrobras e da norueguesa Statoil. O evento contou com 30 conferencistas internacionais e 250 outros especialistas de 49 países, que vieram ao Brasil para mostrar os seus trabalhos.

"O evento aconteceu em um momento em que o setor de energia está em evidência com acontecimentos que estão repercutindo em todo o planeta. Durante as discussões, foi possível perceber a diversidade de análises, o que ajudou a enriquecer o debate internacional",



afirmou **Helder Queiroz**, pesquisador do Grupo de Economia da Energia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenador do programa da Conferência. No Brasil, a organização da conferência contou com a parceria do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP) e da Associação Brasileira de Estudos em Energia (AB3E), além do apoio do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do Núcleo Interdisciplinar

de Planejamento Energético da Unicamp (Nipe), do Ministério de Minas e Energia e da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace).

Durante o evento, o diretor geral da Energy Information Administration (EIA), a agência americana de planejamento energético, apresentou projeções, com uma das principais promessas de crescimento da produção de petróleo até 2035, e indicou que o Brasil figura como destaque em produção de petróleo em relatório dos Estados Unidos. O país apareceu pela primeira vez no relatório de longo prazo da US.

Golfo do México em discussão

A DISCUSSÃO SOBRE o acidente da petrolífera britânica British Petroleum (BP), de gigantes proporções no Golfo do México, não passou no IAEE's Rio 2010 International Conference. O presidente do United States Association for Energy Economics (USAEE), **Joseph Dukert**, opinou que o acidente provavelmente não poderia ser evitado. "Este evento abre a possibilidade de um novo futuro para a exploração em águas profundas no mundo todo." Para Dukert, tecnologia e regulação irão merecer atenção especial dos governos daqui para a frente.



Na opinião do presidente do International Energy Associates (IEA), Herm Franssen, caso não haja um aumento na taxa de investimentos em inovações tecnológicas, a produção mundial de petróleo terá uma severa redução em 2020. "O desenvolvimento de novas tecnologias é o ponto chave no setor energético, tanto para encontrar maneiras de reduzir a demanda quanto para aumentar a produção", afirmou o executivo.

Durante a palestra "Especulações no Mercado de Petróleo, a vice-presidente do Federal Reserve Bank (Banco Central dos EUA) em Dallas, **Mine Yücel**, apontou que o vazamento poderá afetar o preço da commodity no futuro. A especialista em mercado futuro de petróleo afirma que o efeito do acidente nos preços dependerá da resolução do governo americano sobre o tempo de suspensão de novas perfurações na região do Golfo do México. "O acidente, com certeza, tornará o custo de produção mais caro e a regulação mais rigorosa."



Mine destacou também os efeitos da crise europeia no mercado de petróleo e derivados. A avaliação da economista do FED é de que, enquanto durar a crise, o consumo será afetado. Esse pode ser um dos fatores que estão contribuindo para manter a cotação do barril do tipo WTI na casa dos US\$ 70. Em compensação, o crescimento da economia de países como China e Índia estaria influenciando o preço para cima, avalia Mine.

O Brasil figura ao lado do Caçaquistão e da Rússia liderando o crescimento da produção no grupo de países que não integram a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), com uma produção de cerca de 6 milhões de barris por dia (bpd) em 2035, um incremento de 4 milhões de bpd sobre a produção atual. Esse volume aproxima-se do adicional proveniente da Arábia Saudita (5 milhões de bpd), cuja produção passará de cerca de 10 milhões de bpd para em torno de 15 milhões de bpd.

Além do aumento da produção de petróleo, Newell destacou também o etanol e o biodiesel como responsáveis por elevar o país a um patamar de destaque no cenário energético mundial.

Com relação à regulação mundial do setor de energia, o presidente do IAEE, Einar Hope, criticou a influência política na área de regulação, observada nos governos mundiais atualmente. "Este é o principal erro que um país pode cometer no estabelecimento de normas para o setor energético", afirmou o economista norueguês, que participou do painel Desafios da Regulação de Energia no Futuro, no IAEE's Rio 2010 International Conference, no Rio de Janeiro.

Segundo ele, a regulação tem se concentrado erroneamente nos ministérios e não nas agências mundo afora, o que pode pôr em risco a independência do setor, necessária para balizar a relação entre consumidor, governo e empreendedor. "O foco precisa estar nas necessidades da sociedade para evitar monopólios e a exposição das normas às revisões governamentais", salientou.

Durante debate sobre inovação e economia da indústria nuclear, o presidente da Eletronuclear, Othon Pinheiro, revelou que as regiões

Sul e Centro-Oeste poderão receber centrais nucleares. Segundo ele, a Eletronuclear está avaliando a possibilidade de construir centrais nucleares nas regiões. O estudo foi encomendado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), que pretende estender o projeto de construção de quatro a oito usinas por todas as regiões do país, com exceção do Norte, informou o executivo.

A Eletronuclear ainda está analisando onde serão construídas duas usinas na região Nordeste e deve apresentar as opções entre quatro estados (Alagoas, Bahia, Sergipe e Pernambuco) para o ministério em até três meses. O MME, por sua vez, encaminhará as propostas para o Congresso, ao qual caberá aprovar o local. "Em minha opinião, a escolha deve seguir critérios sociais. Uma central como essa é um fator de desenvolvimento", disse Pinheiro.

A definição sobre o número de centrais nucleares que serão instaladas depende do crescimento do país, segundo o presidente da Eletronuclear. Ele acredita que se a economia crescer acima de 4,5% ao ano, até 2030, será necessária a construção das oito usinas. O projeto prevê que cada central poderá comportar até seis usinas no futuro.

No que se refere à energia elétrica, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, defendeu a exploração da bacia hidrográfica da Amazônia como forma de garantir o acesso à energia. Apesar de concentrar 59% do potencial de geração hidrelétrica no Brasil, a Amazônia só teria 0,5% de seu bioma afetado caso sejam construídas as usinas que estão em projeto na região, segundo Tolmasquim.

A preocupação com o desmatamento da Amazônia foi uma das

questões levantadas por especialistas estrangeiros que participaram do primeiro painel do evento, no qual foi debatido o tema "O futuro da energia: novas políticas energéticas e tecnologias."

"O argumento da destruição da Floresta Amazônica não é verdadeiro, pois as políticas governamentais estão acompanhando a conscientização sobre a necessidade de se preservar o meio ambiente", disse Tolmasquim. Prova disso, de acordo com ele, é a redução da área desmatada para a construção dos reservatórios de usinas e a obrigatoriedade de reflorestamento de áreas afetadas.

Tolmasquim citou a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, e de usinas no rio Tapajós, ainda em análise, como alternativas de geração elétrica de baixo impacto socioambiental. O executivo lembrou que o reservatório de Belo Monte foi reduzido de 1,1 mil km², previsto no projeto original, para 550 km².

A energia proveniente de fonte hídrica é a espinha dorsal da matriz brasileira, que corresponde a 78% da capacidade instalada total de 103.6 gigawatts.

Em entrevista a jornalistas, Tolmasquim informou sobre a possibilidade de o governo realizar leilões para a construção de redes de gasodutos. A EPE irá mapear neste ano a demanda por gás para avaliar a necessidade de ampliação da atual rede de transporte. O estudo deve ser concluído no ano que vem.

O presidente da EPE destacou ainda a necessidade de redução da carga tributária no setor energético para melhorar a competitividade da indústria nacional, embora tenha ressaltado que qualquer transformação depende da aprovação da reforma tributária no Congresso. ■